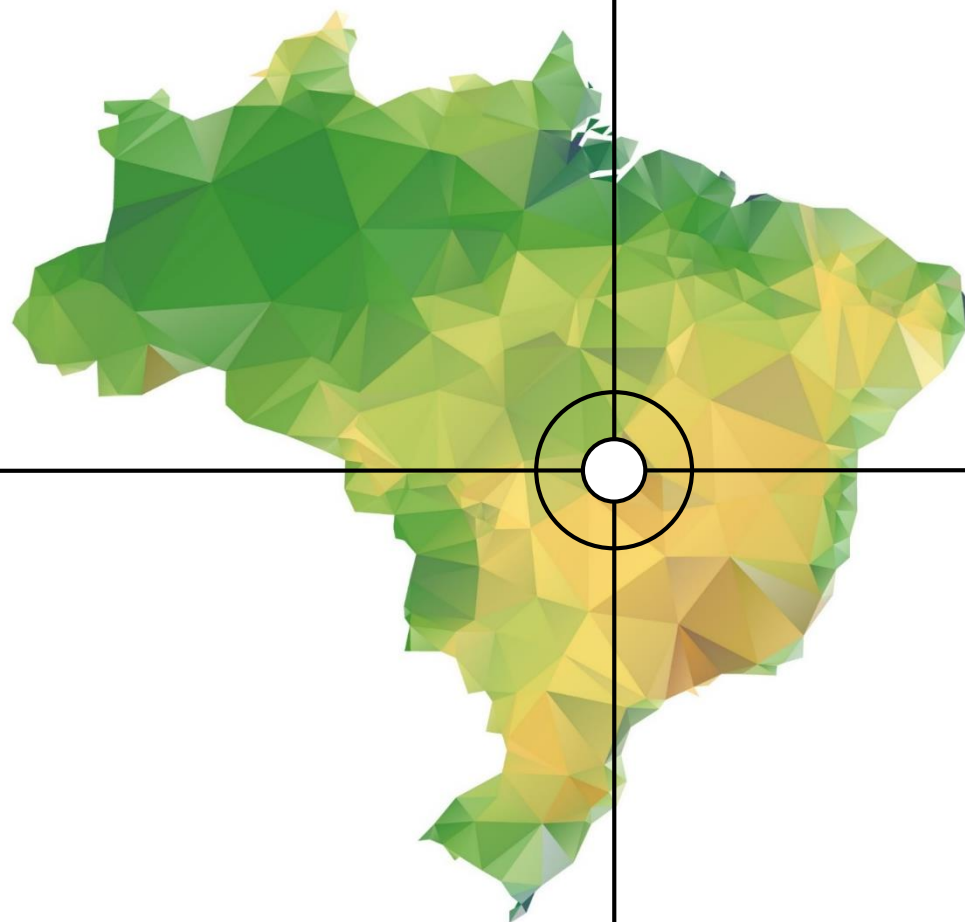


AGENDA PARA O
BRASIL
SAIR DA CRISE

2016-2018

EVOLUÇÃO APÓS 1 ANO

Brasília, março de 2017



3 propostas
concluídas



21 propostas
em evolução



12 propostas
não evoluíram



Agenda para o Brasil sair da Crise 2016-2018

EFICIÊNCIA DO ESTADO

1

Reformar a Previdência Social



2

Implementar mecanismos de controle do gasto público



3

Adotar o princípio do crédito financeiro no PIS-Cofins



4

Ampliar os prazos de recolhimento de IPI e PIS-Cofins



5

Permitir a compensação de créditos entre tributos federais



6

Convalidar os incentivos fiscais do ICMS



7

Reformar o ICMS



RELAÇÕES DE TRABALHO

8

Valorizar a negociação coletiva



9

Regulamentar a terceirização



10

Sustar ou alterar o texto da NR 12



11

Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP



INFRAESTRUTURA

12

Rever o regime de partilha em óleo e gás



13

Modernizar as condições de acesso ao gás natural importado



14

Modernizar as concessões para exploração de gás natural em terra



15

Cobrar a CDE de forma proporcional



16

Considerar os custos totais nos leilões de energia elétrica



17

Aumentar a geração térmica na base do sistema



18 Aumentar a participação privada nos serviços de água e esgoto



19 Transferir as administrações portuárias ao setor privado



20 Concluir o processo de revisão das poligonais dos portos organizados



FINANCIAMENTO

21 Melhorar as condições de capital de giro às empresas



22 Estimular a ampliação do financiamento privado de longo prazo



COMÉRCIO EXTERIOR

23 Negociar acordos comerciais



24 Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento de comércio exterior



25 Concluir a agenda de facilitação de comércio



26 Ajustar a alíquota do Reintegra



27 Criar condições para manutenção de um câmbio competitivo e estável



SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO

28 Disciplinar os procedimentos para desconsideração da personalidade jurídica



29 Fortalecer as agências reguladoras



30 Garantir autonomia do órgão licenciador do licenciamento ambiental



31 Simplificar o licenciamento ambiental



INOVAÇÃO

32 Regulamentar o Código Nacional de CT&I



33 Aprimorar a Lei do Bem



34 Assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas



35 Regulamentar o acesso ao patrimônio genético



36 Promover a melhoria operacional do INPI



Reformar a Previdência Social

AÇÃO

Reformar o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) com base nas seguintes premissas:

- a. adotar idade mínima para as aposentadorias por tempo de contribuição;
- b. equiparar, gradualmente, o diferencial do tempo de contribuição das mulheres ao dos homens e dos trabalhadores rurais dos demais na aposentadoria por tempo de contribuição;
- c. equiparar as regras para aposentadoria dos professores às dos demais trabalhadores;
- d. desvincular o valor dos benefícios previdenciários do salário mínimo;
- e. diferenciar o piso dos benefícios previdenciários do piso dos benefícios assistenciais.

SITUAÇÃO: em evolução



A PEC 287/2016 (Reforma da Previdência), apresentada pelo Executivo, vai além das premissas aqui propostas e está em tramitação na Câmara dos Deputados.

Implementar mecanismos de controle do gasto público

AÇÃO

Implementar uma agenda de mudanças nos mecanismos e sistema de definição do gasto público, contemplando os seguintes pontos:

- Limitação do crescimento do gasto corrente:** impor limite decrescente para a relação entre gastos correntes em proporção do PIB e a redução progressiva dos gastos com pessoal;
- Reforma orçamentária:** reduzir a rigidez do orçamento, alterando a sistemática de vinculações de receitas; estabelecer os montantes destinados aos gastos prioritários por prazos fixos, sem vinculação ao PIB e com revisão das prioridades em planos plurianuais;
- Gestão pública eficiente:** implementar Programa de Modernização da Gestão Pública para aumentar a eficiência na aplicação dos recursos públicos e elevar a capacidade de avaliação das políticas públicas.

SITUAÇÃO: em evolução



O ponto (a), que é um avanço importante, foi atendido com a promulgação em 15 de dezembro de 2016 da Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos e ficou conhecida como PEC do Teto dos Gastos.

Os pontos (b) e (c) ainda precisam ser enfrentados

Adotar o princípio do crédito financeiro no PIS-Cofins

AÇÃO

Adotar, nas contribuições do PIS-Cofins, o conceito de crédito financeiro, no qual todos os insumos adquiridos geram crédito em substituição ao conceito de crédito físico, que contempla apenas os insumos efetivamente incorporados na produção do bem.

SITUAÇÃO: em evolução

O Executivo anunciou, em fevereiro, que irá apresentar uma Medida Provisória com mudanças no PIS, até o fim de março de 2017, e outra com mudanças na Cofins, até o fim do primeiro semestre de 2017.



Ampliar os prazos de recolhimento de IPI e PIS-Cofins

AÇÃO

Adequar os prazos de recolhimento dos tributos ao efetivo prazo de recebimento das vendas pelas empresas. De imediato, deve-se estender para o último dia útil do mês seguinte ao do fato gerador os recolhimentos dessas contribuições (aumento de cinco dias) e criar um cronograma de ampliação gradual dos prazos para os próximos dois anos.

SITUAÇÃO: não evoluiu

Esta é uma questão importante. Atualmente as empresas recolhem os tributos antes de receber o valor das vendas o que as faz incorrer em custos com capital de giro. É necessário ampliar, gradualmente, os prazos de recolhimento do IPI e da Cofins.



Permitir a compensação de créditos entre tributos federais

AÇÃO

Permitir a utilização de créditos do PIS-Cofins e IPI para abater débitos relativos a contribuições previdenciárias e outros tributos federais.

SITUAÇÃO: em evolução



A Medida Provisória 766/2017, que criou o Programa de Regularização Tributária, permite o uso de créditos tributários para pagamento de dívidas tributárias ou previdenciárias. A MP está em tramitação no Congresso.

No caso dos pagamentos correntes de tributos, o Executivo anunciou, em dezembro de 2016, que a compensação poderá ser feita nos pagamentos a partir de junho de 2017. Essa possibilidade ainda necessita de formalização por parte do Governo Federal.

Convalidar os incentivos fiscais do ICMS

AÇÃO

- aprovar o PLP 54/2015 (PLS 130/2014 aprovado no Senado), que reduz o quórum do CONFAZ exclusivamente para a convalidação de incentivos fiscais já concedidos;
- convalidar todos os incentivos fiscais concedidos ao setor industrial;
- preservar - parcial ou totalmente em alguns casos – a rentabilidade dos projetos de investimentos com contratos de incentivos fiscais em curso. Nesse sentido, a convalidação dos incentivos fiscais deve ser acompanhada de um cronograma de redução das alíquotas de ICMS nas operações interestaduais (Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013).

SITUAÇÃO: não evoluiu



O PLP 54/2015 está pronto para votação no Congresso.

A proposta de Súmula Vinculante nº 69 está em condições de ir a plenário do STF, mas é essencial que antes, estados e Congresso Nacional estabeleçam uma transição, respeitando as legítimas expectativas e convalidando os benefícios estaduais já concedidos. Por isso é importante a aprovação do PLP 54/2015.

Reformar o ICMS

AÇÃO

Reformar o ICMS com o objetivo de simplificar o sistema, harmonizar as normas nos diferentes estados e permitir a recuperação de créditos tributários de forma mais rápida.

Para garantir a reforma é preciso:

- aprovar o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2013, e estabelecer um cronograma de redução das alíquotas de ICMS nas operações interestaduais, de forma a transferir a maior parcela do ICMS para o estado de destino;
- criar um fundo de compensação para ressarcir os estados que perdessem receita com a migração do ICMS para o estado de destino;
- criar um fundo de desenvolvimento regional para fortalecer os instrumentos de política de desenvolvimento regional e permitir que os estados não usem o ICMS para tal fim.

SITUAÇÃO: em evolução



O PRS 1/2013 continua em tramitação no Senado.

O Executivo anunciou que irá propor uma reforma do ICMS no segundo semestre de 2017.

Valorizar a negociação coletiva

AÇÃO

Adotar medidas de estímulo, reconhecimento e valorização da negociação coletiva.

SITUAÇÃO: em evolução

Executivo apresentou o PL 6787/2016, conhecido como "minirreforma trabalhista", que trata entre outros temas da negociação coletiva.

O projeto em tramitação no Congresso é convergente com esta proposta, mas precisa de aperfeiçoamentos.



Regulamentar a terceirização

AÇÃO

Regulamentar a terceirização, com uma legislação que permita à empresa escolher o que terceirizar, de acordo com a sua estratégia de negócio, mas que assegure o cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

SITUAÇÃO: em evolução



O projeto de regulamentação da terceirização (PL 4302/1998) está em tramitação no Congresso e é convergente com esta proposta, na forma do relatório do relator, Deputado Laércio Oliveira.

Sustar ou alterar o texto da NR 12

AÇÃO

Sustar a NR 12 ou alterar seu texto para que suas exigências observem o necessário equilíbrio entre a proteção aos trabalhadores e as obrigações impostas às empresas e seus impactos econômicos.

SITUAÇÃO: em evolução



Em 12 de janeiro de 2017, o Ministério do Trabalho publicou a IN nº 129/2017, a qual estabelece procedimentos especiais de fiscalização para a NR 12. A Instrução Normativa determina que as empresas terão um prazo de até 12 meses para a correção das irregularidades, podendo ser definidos prazos diferentes para as diversas exigências.

A IN dá condições temporárias de funcionamento às empresas, mas ainda são necessárias melhorias urgentes na NR 12, em especial quanto à separação de obrigações entre fabricantes e usuários e corte temporal para máquinas usadas.

Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP

AÇÃO

Excluir do cálculo do FAP os acidentes de trajeto.

SITUAÇÃO: **em evolução**



Proposta foi aprovada pelo Conselho Nacional da Previdência Social – CNPS, em 17 de novembro de 2016.

Aguarda-se a publicação das mudanças aprovadas.

INFRAESTRUTURA

Rever o regime de partilha em óleo e gás

AÇÃO

Rever a Lei nº 12.351/10 para eliminar o excesso de atribuições impostas para as licitações do pré-sal.

É necessário retomar o texto original do PLS 131/2015, que promove as alterações necessárias na Lei nº 12.351/2010.

SITUAÇÃO: **concluído**

Em 29 de novembro de 2016, foi sancionada pelo presidente da República a Lei nº 13.365, que altera a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. A nova redação retira a obrigatoriedade da Petrobrás de ser operadora única, e possuir 30% nos consórcios formados para exploração de blocos leiloados no regime de partilha.



INFRAESTRUTURA

Modernizar as condições de acesso ao gás natural importado

AÇÃO

- regulamentar o uso dos sistemas de regaseificação, escoamento e tratamento de GNL da Petrobras por importadores independentes;
- viabilizar o *swap* operacional, previsto na Lei do Gás (11.909/2009), visando otimizar a estrutura de transporte de gás disponível;
- agilizar a renovação dos contratos de importação do gás natural da Bolívia que vencerão entre 2019 e 2020.

SITUAÇÃO: em evolução



Em dezembro de 2016, o CNPE aprovou uma resolução com diretrizes estratégicas ao MME visando o desenho de novo mercado de gás natural. Essa resolução é resultado da iniciativa Gás para Crescer do MME.

A iniciativa Gás para Crescer traz perspectivas de mudanças estruturais para estimular o crescimento desse mercado.

O Comitê Técnico do Gás para Crescer está em operação. Existem 8 grupos de trabalho em andamento, compostos por representantes de órgãos, entidades, associações e agentes públicos ou privados, bem como por representantes da sociedade civil e da universidade brasileira, especialistas em matéria de gás natural.

São esperadas propostas ainda no primeiro semestre de 2017.

INFRAESTRUTURA

Modernizar as concessões para exploração de gás natural em terra

AÇÃO

- promover a regularidade dos leilões com calendário plurianual predefinido;
- criar uma Comissão Permanente de Licitação em substituição à Comissão Especial de Licitação;
- instituir novos procedimentos de licitação: pregão eletrônico e qualificação das empresas interessadas por um período de dois anos;
- realizar dois tipos de leilões para áreas em terra: leilões trimestrais por pregão eletrônico para áreas maduras e leilões anuais voltados para as bacias de fronteira geológica (ainda não exploradas);
- criar Contrato de Avaliação Técnica Preliminar para bacias de fronteira.

SITUAÇÃO: em evolução

Em janeiro de 2017, o MME lançou o Programa de Revitalização das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás em Áreas Terrestres (Reate), com o objetivo de triplicar a produção *Onshore* (em terra) no Brasil até 2030.



INFRAESTRUTURA

AÇÃO

Alterar a forma de cobrança da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para uma cobrança proporcional ao uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Cobrar a CDE de forma proporcional

SITUAÇÃO: **concluído**

Foi sancionada em 21 de junho de 2016, a Lei nº13.299/16, que altera a forma de cobrança da CDE.

De acordo com o texto o rateio das quotas anuais da CDE deverá ser proporcional ao mercado consumidor de energia elétrica atendido pelos concessionários e pelos permissionários de distribuição e transmissão. O ajuste na cobrança da CDE se dará de forma gradual, entre 2018 e 2034.

O texto foi finalizado após negociações que envolveram associações do setor elétrico (ABRADEE, ABRACE, ABCE, APINE etc).



INFRAESTRUTURA

Considerar os custos totais nos leilões de energia elétrica

AÇÃO

Adotar nos leilões de energia elétrica nova critérios de precificação que considerem os custos totais inerentes a cada fonte e não apenas o custo de geração.

Por exemplo:

- a. localização do empreendimento;
- b. tipo de geração;
- c. custos de transmissão;
- d. capacidade de atendimento à demanda máxima;
- e. disponibilidade de insumos e resíduos.

SITUAÇÃO: não evoluiu

A proposta é importante por buscar a modicidade tarifária para a energia elétrica. A metodologia atual desconsidera diversos custos o que, por vezes, resulta em custo final da energia elevado.



Aumentar a geração térmica na base do sistema

AÇÃO

Incluir no Plano Decenal de Expansão de Energia um aumento do percentual de energia elétrica gerada por fontes térmicas para intensificar a presença da geração térmica de menor custo operando na base do sistema elétrico.

SITUAÇÃO: não evoluiu

Aumentar o percentual de energia elétrica gerada por fontes térmicas de menor custo operando na base do sistema elétrico é essencial para assegurar a segurança energética.



INFRAESTRUTURA

Aumentar a participação privada nos serviços de água e esgoto

AÇÃO

Conceder ao setor privado as Companhias de Saneamento passíveis de privatização.

SITUAÇÃO: em evolução



O Governo Federal lançou, no segundo semestre de 2016, o programa de concessões em saneamento que será capitaneado pelo BNDES.

Em 23 de fevereiro de 2017, foram lançados os editais de licitação para contratar os serviços técnicos de estruturação dos projetos de concessão das companhias nos estados de Alagoas, Amapá, Maranhão, Pará, Pernambuco e Sergipe. Esse é o primeiro lote de editais do grupo de 18 estados que manifestaram interesse em participar do programa estadual de saneamento desenhado pelo BNDES e incluído no Programa de Parcerias de Investimento (PPI) do Governo Federal.

Os leilões estão previstos para ocorrerem em 2018.

INFRAESTRUTURA

Transferir as administrações portuárias ao setor privado

AÇÃO

Dar início ao processo de transferência da administração dos portos organizados para o setor privado e acompanhar a eficiência em sua gestão.

SITUAÇÃO: não evoluiu

A modernização das administrações portuárias é a parte da Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) que pouco avançou. A eficiência na gestão portuária é fator determinante da competitividade brasileira e a questão precisa ser enfrentada.



INFRAESTRUTURA

Concluir o processo de revisão das poligonais dos portos organizados

AÇÃO

Concluir o traçado das poligonais e publicar os respectivos decretos.

SITUAÇÃO: **não evoluiu**

A revisão das poligonais dos portos é primordial para dar maior segurança jurídica ao investidor privado. A nova Lei dos Portos (Lei nº 12.815/2013) fixou o prazo de um ano para o governo adaptar todas as poligonais. Desde a apresentação desta Agenda, não houve publicação de decreto, por parte do Governo Federal, que definisse Poligonal.



FINANCIAMENTO

Melhorar as condições de capital de giro às empresas

AÇÃO

Adotar uma agenda de melhora das condições de financiamento de curto prazo na economia, com foco nos seguintes tópicos:

- desenvolver ações para reduzir o *spread* bancário;
- melhorar as condições de acesso ao crédito, ampliando o alcance dos mecanismos de garantia e seguro de crédito;
- aprimorar o sistema de cobrança de crédito e execução de garantias;
- ampliar a concorrência bancária;
- reduzir a alíquota dos depósitos compulsórios em contrapartida a financiamento destinado ao capital de giro.

SITUAÇÃO: em evolução

O Executivo anunciou um conjunto de medidas em dezembro de 2016, com destaque para os seguintes pontos:

- Aperfeiçoamento do Cadastro Positivo – Minuta de alteração legal em estudo
- Duplicata eletrônica – Medida legal em elaboração
- Melhoria na Lei de Recuperação Judicial – Grupo de trabalho liderado pelo Ministério da Fazenda.
- Simplificação das regras do compulsório – Circular 3.823/17
- Alteração da classificação de porte das MPMEs
- Ampliação do Progeren e aceitação de recebíveis como garantia.



FINANCIAMENTO

Estimular a ampliação do financiamento privado de longo prazo

AÇÃO

Adotar uma agenda de ampliação do financiamento privado de longo prazo e expansão de títulos privados, com foco nos seguintes tópicos:

- alongar os prazos de financiamento bancário;
- aprimorar o sistema de cobrança de crédito e execução de garantias;
- estimular a expansão de novos instrumentos de financiamento não-bancário;
- aumentar a segurança jurídica e a qualidade regulatória;
- estimular os fundos de investimento com aplicação de longo prazo;
- aumentar a base de emissores e investidores no mercado de capitais;
- conferir maior liquidez ao mercado secundário;
- aumentar a transparência no processo de formação de preços das debêntures;
- tornar mais ágil e menos custoso o processo de emissão de ações e debêntures;
- desenvolver mecanismos de financiamento voltados às empresas de menor porte.

SITUAÇÃO: não evoluiu



A ampliação do financiamento privado de longo prazo é essencial para a redução da necessidade de capital público e para viabilizar projetos de investimento empresariais.

COMÉRCIO EXTERIOR

AÇÃO

- Concluir a negociação do acordo expandido com o México;
- trocar ofertas e concluir a negociação do acordo de livre-comércio MERCOSUL-União Europeia;
- aprofundar os acordos de complementação econômica com os países da América Latina, sobretudo da Aliança do Pacífico;
- revitalizar a agenda econômica do MERCOSUL;
- iniciar e concluir a negociação de acordos de livre-comércio com o Canadá e o EFTA;
- iniciar discussões técnicas para futuros acordos de livre-comércio com a África do Sul, os Estados Unidos e o Japão.

Negociar acordos comerciais

SITUAÇÃO: em evolução



- As negociações com o México estão em andamento, com quatro rodadas já concluídas e listas de pedidos e ofertas trocadas ao longo de 2016.
- A negociação com a União Europeia está em andamento, com uma rodada já concluída e troca de ofertas realizada em 11 de maio de 2016.
- Assinado o Acordo de Cooperação e Facilitação de investimentos com o Peru, em 29 de abril de 2016. Estão em andamento as negociações sobre compras governamentais e serviços com o Chile e sobre compras governamentais com a Colômbia.
- Não avançou.
- As negociações com o EFTA foram lançadas em 19 de janeiro de 2017.
- Lançada, em 2 de fevereiro de 2017, consulta pública do governo brasileiro para a identificação de interesses em um acordo com o Japão.

Aperfeiçoar os mecanismos de financiamento de comércio exterior

AÇÃO

Aprimorar os instrumentos de financiamento e garantia, tanto às exportações quanto aos investimentos brasileiros no exterior, por meio da revisão de seus recursos financeiros, público-alvo, requisitos de acesso e estrutura de risco. Tais instrumentos incluem:

- o BNDES-Exim, em suas modalidades pré-embarque, pós-embarque e automático;
- o Programa de Financiamento às Exportações, em suas modalidades equalização e financiamento;
- o seguro de crédito à exportação do Fundo de Garantia à Exportação;
- o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos; e
- as linhas de financiamento à exportação de serviços e ao investimento brasileiro no exterior.

SITUAÇÃO: em evolução



Aprovada, em 31 de maio de 2016, a Lei nº 13.292, que assegurou a possibilidade de co-garantias por agências estrangeiras de crédito à exportação e a inclusão de outras instituições de crédito habilitadas para acesso ao instrumento de resseguros provido pela União.

No entanto, houve veto presidencial, em 31 de maio de 2016, exposto na Mensagem nº 304, à possibilidade de uso do Fundo de Garantia à Exportação para investimentos brasileiros no exterior.

Concluir a agenda de facilitação de comércio

AÇÃO

1. Concluir a implantação dos programas Portal Único de Comércio Exterior e Operador Econômico Autorizado, respeitando orçamento, cronograma e escopo previstos;
2. implementar o novo Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio, já ratificado pelo Brasil, com foco nos seguintes aspectos:
 - a. reforma do regime de remessa expressa;
 - b. criação de um sistema de solução de consultas;
 - c. estabelecimento de um processo de coleta única e redução de taxas e encargos aduaneiros;
 - d. aperfeiçoamento do sistema de consultas públicas para a aprovação de novas normas;
 - e. criação de um procedimento para coordenação dos agentes de fronteira;
 - f. estabelecimento de um regime para o despacho aduaneiro de produtos perecíveis;
 - g. consolidação de atos administrativos e sua publicação.

SITUAÇÃO: em evolução



Iniciado, em 20 de dezembro de 2016, o processo de homologação do Módulo Exportação do Portal Único de Comércio Exterior; lançado, em 13 de dezembro de 2016, o Módulo Global do Programa de Operador Econômico Autorizado (OEA), que também integrou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao programa; e assinado, em 13 de dezembro de 2016, o primeiro acordo de reconhecimento mútuo de programas OEA com o Uruguai.

O Acordo de Facilitação de Comércio (AFC) da Organização Mundial do Comércio (OMC) entrou em vigor em 27 de fevereiro de 2017 e foi criado, em 12 de julho de 2016, no Brasil, o Comitê Nacional de Facilitação de Comércio (CONFAC) da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), uma exigência do AFC.

Ajustar a alíquota do Reintegra

AÇÃO

Definir em 3% a alíquota do Reintegra referente à compensação para as empresas industriais exportadoras, revendo o Decreto Lei nº 8.543, com base na Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

SITUAÇÃO: não evoluiu



O Decreto não foi revisto e o cronograma de recomposição da alíquota do REINTEGRA foi mantido.

A alíquota subiu para 2% em janeiro de 2017 e subirá para 3% em janeiro de 2018.

Criar condições para manutenção de um câmbio competitivo e estável

AÇÃO

Adotar políticas macroeconômicas coordenadas no sentido de reduzir as oscilações da taxa de câmbio e evitar a valorização excessiva da moeda brasileira.

SITUAÇÃO: não evoluiu



O real manteve-se volátil e com tendência à apreciação durante 2016, o que tem reduzido a competitividade da indústria brasileira.

Disciplinar os procedimentos para desconsideração da personalidade jurídica

AÇÃO

Aprovar o PLC 69/2014 (PL 3401/2008) que “Disciplina o procedimento de declaração judicial da desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências”.

SITUAÇÃO: em evolução

Em 3 de agosto de 2016 a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deu parecer favorável ao PLC 69/2014, que aguarda inclusão na ordem do dia do plenário do Senado Federal.



Fortalecer as agências reguladoras

AÇÃO

Aprovar uma lei geral para as agências reguladoras contendo os seguintes princípios orientadores:

- independência administrativa;
- capacidade técnica dos dirigentes. Criar mecanismos que vedem as indicações políticas nas funções de gestão das agências;
- agilidade de avaliação e decisão;
- transparência regulatória;
- maior interação com os setores regulados e melhoria no processo de audiências públicas;
- clara delimitação das funções da Agência;
- autonomia como órgão de Estado;
- avaliações custo-benefício e de impacto regulatório no mercado, para decisões selecionadas.

SITUAÇÃO: em evolução



O PL 6621/2016, incorpora boa parte das reivindicações do setor produtivo, garantindo os princípios básicos de independência decisória e autonomia financeira das Agências.

O projeto foi aprovado no Senado Federal (PLS 52/2013) e encontra-se na mesa diretora da Câmara dos Deputados aguardando a instalação da Comissão Especial para que possa ser deliberado.

Garantir autonomia do órgão licenciador do licenciamento ambiental

AÇÃO

Promover um ambiente regulatório que garanta a autonomia do órgão licenciador como condutor do processo de licenciamento ambiental.

SITUAÇÃO: em evolução



O substitutivo apresentado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, pelo Deputado Mauro Pereira, ao Projeto de Lei nº 3.729/04 em 12 dezembro de 2016 contempla as demandas do setor industrial.

Paralelamente, o Poder Executivo (MMA) chamou o setor produtivo, em janeiro de 2017, para negociar uma nova proposta de Projeto de Lei. A CNI vem trabalhando com o MMA nessa negociação, com vistas a garantir a autonomia do órgão licenciador como condutor do processo de licenciamento ambiental.

Simplificar o licenciamento ambiental

AÇÃO

Conferir racionalidade ao processo de licenciamento ambiental por meio da instituição de procedimentos diferenciados e específicos às categorias de enquadramento dos empreendimentos e atividades, considerando sua natureza, porte e potencial poluidor.

SITUAÇÃO: em evolução



O substitutivo apresentado na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados pelo Deputado Mauro Pereira ao Projeto de Lei nº 3.729/04 em 12 dezembro de 2016 contempla as demandas do setor industrial.

Paralelamente, o Poder Executivo (MMA) chamou o setor produtivo em janeiro de 2017 para negociar uma nova proposta de Projeto de Lei, sendo os principais pleitos do setor industrial:

- racionalidade do processo de licenciamento ambiental;
- simplificação dos ritos de licenciamento para empreendimentos de baixo e médio potencial poluidor;
- padronização dos termos de referência por tipologia de empreendimento.

Regulamentar o Código Nacional de CT&I

AÇÃO

Regulamentar o Código Nacional de CT&I (Lei nº 13.243/16), tendo como uma das premissas básicas a isonomia entre os Institutos de Ciência e Tecnologia públicos e privados. Por exemplo, é preciso:

- possibilitar que alunos de ICT privada recebam bolsas de estímulo à inovação diretamente da ICT a que esteja vinculado, fundação de apoio ou agência de fomento (Art. 2º da Lei nº 13.243/16 que altera o §5º do Art.9º da Lei nº 10.973/04);
- permitir que as importações das empresas em projetos de PD&I se apliquem às seguintes condições (Art. 9º da Lei nº 13.243/16 que altera o §2º do Art.2º da Lei nº 8.032/90): isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados e do adicional de frete para renovação da marinha mercante às importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários destinados à pesquisa científica, tecnológica e de inovação; dispensa do exame de similaridade e controles prévios ao despacho aduaneiro.

SITUAÇÃO: não evoluiu



Em fevereiro foi entregue ao MCTIC uma proposta de regulamentação elaborada pela CNI, SBPC, CONFIES, ANDIFES, COPPE, FORTEC, entre outros.

O MCTIC ainda não se pronunciou formalmente.

Aprimorar a Lei do Bem

AÇÃO

Aprimorar a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005) para, entre outras medidas:

- permitir que a empresa possa descontar o investimento em P&D da base de cálculo da CSLL em mais de um ano fiscal;
- eliminar a exigência de dedicação exclusiva para que o gasto com pessoal interno seja considerado para efeito do cálculo da dedução na CSLL;
- permitir a dedução de despesas em P&D com empresas ou pesquisadores estrangeiros.

SITUAÇÃO: não evoluiu



A inovação é essencial para o aumento da competitividade das empresas e em um cenário de crise torna-se ainda mais importante o estímulo à inovação.

A Lei do Bem foi um grande avanço e sua revisão não pode resultar em retrocesso. É preciso aperfeiçoá-la para torná-la efetiva.

Assegurar que os recursos para a inovação cheguem às empresas

AÇÃO

Há necessidade de repensar a estrutura de financiamento à inovação vigente, para que se destinem montantes mais expressivos e sustentáveis às empresas, que são o foco da inovação. Nessa área há várias oportunidades de aperfeiçoamentos, com destaques para:

- garantir que a maior parte dos recursos do FNDCT e Fundos Setoriais sejam aplicados em projetos não reembolsáveis;
- assegurar que parte dos recursos destinados ao Fundo Social seja revertida para aplicação direta em CT&I.

SITUAÇÃO: não evoluiu



Entre 2007 e 2016, cerca de 30% da arrecadação do FNDCT (R\$ 12,2 bilhões) deixaram de ser investidos em PD&I. Em 2017, está previsto bloqueio em torno de R\$ 1,4 bilhão.

Além disso, desde 2010, a participação relativa da subvenção econômica está em queda na Finep, tendo representado menos de 10% dos seus desembolsos em 2015. Isso significa que faltam recursos para incentivar os projetos de maior risco tecnológico.

Diante desse cenário, a Finep foi levada a captar US\$ 1,5 bilhão com o BID para financiar projetos de inovação, o que gera um custo elevado para o país, sobretudo quando é preciso reduzir despesas.

A melhor saída é usar recursos próprios, para tanto, é preciso interromper a tendência de cortes e contingenciamentos nos recursos do FNDCT e do MCTIC a fim de dar perenidade às políticas de CT&I no país.

Regulamentar o acesso ao patrimônio genético

AÇÃO

Regulamentar a Lei nº 13.123/2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e a repartição de benefícios resultante de seu uso, tendo como pontos mais importantes:

- estabelecer Sistema de Gestão do Patrimônio Genético simplificado e de fácil operacionalização;
- detalhar conceitos que confirmam à legislação a clareza necessária para uma melhor definição de seu escopo de aplicação;
- definir o instrumento dos Acordos Setoriais como incentivo para o uso da biodiversidade brasileira;
- definir os atores do processo responsáveis pelo cadastro, pela notificação e pelo pagamento da repartição de benefícios.

SITUAÇÃO: **concluído**



A Lei nº 13.123/15, que disciplina o acesso à biodiversidade, foi regulamentada pelo Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016.

No entanto, para a Lei tornar-se efetiva ainda falta a implementação de alguns dispositivos. Em particular, é imprescindível a instalação da Secretaria Executiva do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – Cgen. A Secretaria é responsável, por implementar, manter e operacionalizar o Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional – SisGen, que permitirá efetivamente o uso da biodiversidade e a regularização das atividades de pesquisa e uso da biodiversidade.

A Secretaria Executiva foi criada pela lei e deve ser instalada a partir de ato do Poder Executivo (MPOG/MMA).

Promover a melhoria operacional do INPI

AÇÃO

Reduzir o tempo médio de exame de pedidos de marcas e patentes (*backlog*), por meio de:

- otimização de processos internos;
- priorização de exame para áreas tecnológicas estratégicas;
- estabelecimento de acordos de cooperação internacional;
- adequação dos recursos humanos.

SITUAÇÃO: em evolução



Em 2016, o MDIC elaborou termo de referência para a realização de um diagnóstico abrangente do INPI, com foco na melhoria dos processos, aumento de eficiência e diminuição dos prazos. Porém, o diagnóstico não foi realizado.

Houve a criação de programas de priorização de patentes para tecnologias verdes e MPEs. No entanto, áreas tecnológicas relevantes, como farmacêutica e de telecomunicações, ainda sofrem com longa espera.

O INPI avançou na celebração de acordos de cooperação em patentes com os escritórios dos EUA, Japão e Europa. Porém, o Protocolo de Madrid (marcas) segue parado na Casa Civil.

Foram nomeados novos servidores aprovados no concurso de 2014. Entretanto, o número ainda é insuficiente.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
DIRETORIA DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIA - DIRPE

Setor Bancário Norte

Quadra 1 - Bloco C

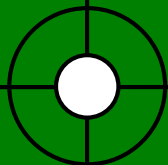
Edifício Roberto Simonsen

70040-903 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3317-9450

E-mail: mapadaindustria@cni.org.br

<http://www.portaldaindustria.com.br>



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA